

**O projeto de uma universidade no Vale  
do Jequitinhonha: as contribuições da  
FEVALE para o acesso ao ensino superior**

Mário Gomes Ferreira

Sashanicol Rocha Havenith

## **1 Introdução**

Historicamente, o compromisso do Estado de efetivar políticas públicas relacionadas à educação no Brasil perpassou por interferências políticas, econômicas e sociais que caracterizaram cada período. Por consequência, a educação e as garantias para o seu acesso percorreram caminhos tortuosos desde o Brasil colônia até a previsão de direito social constitucionalmente assegurado pela Carta Magna de 1988. Não obstante o contexto nacional, é possível observar que as conjunturas políticas, econômicas e sociais de cada região do país também contribuíram e ainda contribuem para favorecer ou postergar políticas públicas orientadas para efetivar o direito à educação no plano regional, como é o caso do estado de Minas Gerais. Ademais, para o contexto local, esse panorama se apresenta semelhante. Ao mesmo tempo em que é reflexo das políticas desenvolvidas

no plano nacional e regional, o acesso à educação no plano local se sujeita também à importância dispensada ao tema pela comunidade e lideranças políticas locais.

No que tange especificamente à cidade de Diamantina, desde os tempos em que a cidade era apenas o Arraial do Tijuco, a comunidade local interessava-se pelo estudo das artes e da literatura, influenciada sobremaneira por pessoas que se estabeleciam na região à época, tais como poetas, artistas e escritores que contribuíram para o surgimento de instituições de cultura e ensino e associações organizadas no intuito de discutir as artes e a literatura. Assim, a história demonstra que a instrução, ainda que informal, despontou como tema relevante desde a constituição da cidade.

Nesse contexto, analisar as contribuições para o acesso ao ensino superior da primeira Fundação Educacional localizada no Vale do Jequitinhonha – um projeto de universidade –, por meio de uma abordagem institucional histórica, permite compreender quais os traçados iniciais da educação superior no Vale do Jequitinhonha e abre caminhos para entender quais foram suas consequências – principalmente nos demais níveis de ensino – e, assim, colaborar para as discussões locais, no que tange à abordagem dos problemas sociais e educacionais na atualidade, pois conhecer a história contribui sobretudo para planejar as aspirações futuras e nisso consiste a relevância da presente pesquisa. Por meio da abordagem histórica, desenvolvida na presente pesquisa, foi possível concluir que a FEVALE se consolidou como propulsora do acesso

ao ensino superior no Vale do Jequitinhonha, contribuindo para a formação profissional de aproximadamente seis mil estudantes ao longo de suas mais de quatro décadas de atuação.

## **2 Contexto sociopolítico e econômico de Diamantina**

A história de Diamantina inicia-se ao longo do século XVIII, momento em que portugueses, mamelucos, sertanistas e bandeirantes paulistas, à procura de ouro, chegaram à confluência de dois cursos de água: o Pururuca e o Rio Grande. Seguindo em direção à nascente do último, conferiram o nome de Tijuco<sup>1</sup> ao terreno onde “encontraram ouro em abundância assombrosa, como nunca aparecera em toda a capitania” (MACHADO FILHO, 1980, p. 9), iniciando desse modo o desenvolvimento econômico local do arraial que, posteriormente, culminaria na conhecida cidade de Diamantina. Os primeiros contratadores, intendentos, homens livres e escravos compuseram o cenário do Arraial do Tijuco, não apenas como um aglomerado humano empenhado, exclusivamente, à ambição da riqueza que lhes proporcionava a extração do diamante, mas, sobretudo a partir de 1828, consolidando uma sociedade organizada em um importante núcleo urbano que se destacou rapidamente por sua produção cultural,

---

1 O Arraial do Tijuco foi a sede do Distrito Diamantino, criado para facilitar o controle e a fiscalização da extração das pedras preciosas, esteve subordinado à Comarca do Serro Frio até 1831, quando foi emancipado, elevando-se à categoria de Vila e recebendo o nome de Diamantina.

possibilitando assim o interesse pela “cultura do espírito” e sendo reconhecida como a “Atenas do Norte”.

Por conseguinte, ainda no século XVIII já despontavam produções artísticas, quer fosse na pintura, douramentos e talhas nos altares das irmandades, ou na música, pelo maior dos expoentes na segunda metade do século XVIII, o professor, compositor e organista José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita. Destaca-se ainda que o interesse cultural, influenciado sobremaneira por diversos poetas, escritores, pintores e artistas que se estabeleceram no Arraial do Tijuco, contribuiu para o surgimento de diversas associações organizadas de maneira espontânea e destinadas ao estudo das artes. Para exemplificar, no ano de 1900, Aires da Mata Machado Filho relata que há notícias do Grêmio Literário Joaquim Felício, uma espécie de academia na qual se discutiam temas relacionados à cultura e à arte (Cf. MACHADO FILHO, 1980).

Na sequência, sobretudo no século XIX, paralelamente ao contexto do garimpo, floresciam no Tijuco a imprensa, o teatro, as letras e a educação, como é o caso do centenário Colégio Nossa Senhora das Dores, direcionado à educação feminina, e o Seminário Provincial Arquidiocesano de Diamantina, destinado à formação do clero<sup>2</sup>, ambos inaugurados em 1867 na cidade. Tais instituições de ensino foram fundamentais para o acesso à educação à época, visto que serviam à população do norte de Minas Gerais e

---

2 “Embora destinado precipuamente ao ensino eclesiástico, manteve durante certo tempo cursos de preparatórios abertos à mocidade em geral” (MACHADO FILHO, 1983, p. 126).

do sul do estado da Bahia, e, ao lado do Colégio do Caraça e do Seminário de Mariana, eram considerados a base da cultura mineira e preenchiavam as funções atribuídas mais tarde às Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e às escolas de Direito (MACHADO FILHO, 1983).

No início do ano de 1959, destaca-se a fundação da Associação Renovadora de Ciências e Artes de Diamantina (ARCÁDIA), que se iniciou a partir de um grupo de pessoas interessadas na discussão dos problemas sociais e culturais da cidade<sup>3</sup>. Fernandes e Conceição, ao discorrerem sobre os assuntos tratados no seio da organização, destacam:

Entendendo Diamantina como uma cidade potencialmente adequada à educação e turismo, defendiam a idéia de que era necessário o desenvolvimento de outras áreas do saber além da odontologia. Como a literatura e a música eram duas vertentes importantes da cidade, a idéia de fundação de uma Faculdade de Filosofia e Letras e da instalação do Conservatório de Música ganhou viço no seio da ARCÁDIA (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2005, p. 62).

No mesmo sentido, ao remeterem à história da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, os Cadernos da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA)

---

3 Apesar da importância de tais ideias no âmbito da ARCÁDIA, a associação possuía perfil bastante eclético, o que dificultava a concretização das ideias semeadas. Por outro lado, o prestígio do curso de odontologia também trazia o receio de que a instalação de novos cursos pudesse prejudicar o sucesso já dificilmente conquistado (Cf. FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2005. p. 63).

destacam a presença de outra importante Instituição da cidade na década de 1950, a Sociedade Educacional Diamantinense, que também pretendia fundar uma faculdade de filosofia e letras (Cf. CADERNOS DA FAFIDIA, 1993).

Apesar dessas conquistas históricas, destaca-se que Diamantina ainda era um local de difícil acesso na década de 1950. Exemplificando, a viagem para Belo Horizonte, a capital do Estado, por ferrovia, durava em torno de 18 horas e, por rodovia, durava mais de oito horas, sendo que não havia ônibus direto para a cidade (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2005).

Salienta-se ainda que, ao longo do século XX, Diamantina ganha reconhecimento nacional e internacional como reduto da história colonial brasileira e, diante de suas belezas arquitetônicas e naturais, a atividade turística no município passa a assumir importantes contribuições para o desenvolvimento econômico e social local.

### **3 Década de 1960 e o projeto de uma universidade no Vale do Jequitinhonha**

Para compreender o panorama nacional da década de 1960, faz-se necessário resgatar os acontecimentos da segunda metade da década de 1950, período no qual predominou a política econômica nacional-desenvolvimentista, implantada por intermédio do Programa de Metas de Juscelino Kubitschek, promovendo o crescimento econômico do

país e, por consequência, a expansão do setor industrial, principalmente automobilístico.

Entretanto, esse desenvolvimento foi sustentado por gastos governamentais bastante superiores às possibilidades de arrecadação estatal, o que provocou déficits orçamentários cada vez mais preocupantes ao longo dos anos. Por consequência, a inflação aumentou, todavia, os diversos grupos sociais continuaram resistindo às propostas do governo de um plano de estabilização da economia, gerando um quadro de instabilidade econômica, política e social que culminou por influenciar os acontecimentos da década de 1960, o primeiro deles, as eleições de outubro de 1960, quando foram eleitos Jânio Quadros e João Goulart, respectivamente como presidente e vice-presidente da República.

Nos primeiros anos da década de 1960, o Presidente da República adotou políticas que agradavam ora aos conservadores, ora à esquerda, sem conseguir, com isso, resolver a instabilidade econômica e política do final da década anterior. No âmbito da educação, em decorrência da exigência exposta no art. 5º, inciso XV, alínea d da Constituição de 1946, determinando como competência da União fixar normas e bases da educação nacional, foi promulgada em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº. 4.024/1961. Destaca-se que, anteriormente à aprovação da referida lei, o projeto proposto foi amplamente discutido no Congresso Nacional, entre os anos de 1947 e 1961, sendo que a redação original “esbarrou na correlação de forças representadas



pelas diferentes posições partidárias que tinham lugar no Congresso Nacional” (SAVIANI, 2008. p. 31). Por influência do exposto, o texto final convertido em lei significou uma “solução de compromisso” (SAVIANI, 2008. p. 46) entre as principais correntes partidárias do cenário nacional.

No que tange à estrutura do ensino superior, a LDBEN previu que as entidades de educação deveriam se organizar em universidades ou estabelecimentos isolados. Desse modo, para se organizarem em universidades, deveriam reunir cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior sob uma administração comum. (BRASIL, 1961). Já no que concerne ao acesso ao ensino superior, percebe-se a ampliação de suas possibilidades, visto que a Lei nº. 4.024/1961 promoveu a equivalência entre o ensino técnico-profissionalizante e o ensino secundário, permitindo, assim, que ao concluir o ensino técnico houvesse a possibilidade de acesso ao ensino superior, o que antes só poderia ocorrer caso o candidato houvesse cursado o ensino secundário (PILETTI, 2003).

Entrementes, no contexto nacional, o clima de insatisfações e a falta de uma base política de apoio no Congresso culminaram com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência. Destaca-se que, nos termos em vigor previstos na Constituição de 1946, João Goulart, vice-presidente, deveria assumir a presidência, entretanto, “a posse ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder” (FAUSTO, 1995, p. 442). Em março de 1964, os militares tomam o poder e

começam a mudar as disposições constitucionais, sob a justificativa de que esta seria a única alternativa para livrar o país do comunismo e restaurar a democracia. A repressão do governo fez surgir forças contrárias ao regime, entre elas, o movimento estudantil, promovendo o “aguçamento dos mecanismos de pressão pela reforma universitária” (SAVIANI, 2010, p. 8). Assim, em 1968 foram retomadas discussões a respeito das modificações necessárias na estrutura do ensino superior, desencadeando também a ocupação de universidades e a permanência de estudantes em algumas instituições por praticamente todo o segundo semestre de 1968. Tais atos desencadearam a imposição, pelo governo federal, de um grupo de trabalho para discutir a reforma, culminando, rapidamente, na aprovação da Lei da Reforma Universitária pelo Congresso Nacional em 1968, a Lei nº. 5.540/68 (OLIVEN, 2002).

As modificações estruturais introduzidas pela referida lei articularam diretrizes para expandir o ensino superior a um menor custo, visando não prejudicar os demais níveis de ensino, considerados prioritários à época. Em decorrência do exposto, houve a alteração da estrutura interna das universidades, tais como: criação de departamentos, instituição da matrícula por disciplina, criação de cursos de curta duração, vestibular classificatório, instituição de um ciclo básico, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos docentes, entre outras (Ibid, p. 33).

Salienta-se que, apesar das demandas dos estudantes e professores por autonomia universitária, mais verbas e

vagas para expansão das pesquisas (SAVIANI, 2010), o texto legal da Reforma Universitária foi determinado restritamente pelos interesses das minorias que comandavam o país, com o “predomínio do ‘economicismo’, decorrente do estabelecimento de uma relação direta entre a produção e a educação, própria da concepção tecnicista de compreender e agir no campo da educação” (RIBEIRO, 2010, p. 151).

De acordo com a nova Lei, a organização do ensino superior deveria ser prioritariamente universitária, sendo admitidos centros isolados de ensino apenas como exceção. Entretanto, Saviani (2010) destaca que, na prática, para atender às pressões sociais pelo aumento no número de vagas, ocorre a abertura de diversas escolas privadas isoladas, por meio de autorizações do Conselho Federal de Educação (SAVIANI, 2010).

Em meados da década de 1960, em Diamantina continuavam em debate as ideias discutidas no âmbito da extinta ARCÁDIA. Comprovação disso foram as reivindicações levantadas ao longo da 1ª Convenção Udenista do Vale do Jequitinhonha, no ano de 1965, na qual foi decidido redigir uma moção dirigida ao Governador do Estado, José de Magalhães Pinto, solicitando a criação de uma Universidade em Diamantina. A reivindicação justificou-se pela consideração de que a Universidade era “do mais alto interesse regional em favor do Ensino e da Cultura” (ASSIS *apud* FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2005, p. 63). Diante disso, tinham o objetivo de criá-la sob o sistema de fundação, com a intenção de abranger “toda a zona que compreende o distrito diamantinense do Vau, até a cidade de Salto da

Divisa, incorporando todos os Institutos Superiores por acaso existentes nessa área” (Ibid, p. 63). Semeava-se aqui o projeto de instituir uma universidade no Vale do Jequitinhonha.

Assim, a Lei Estadual nº. 4.059, de 31 de dezembro de 1965, autorizou a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ), sediada em Diamantina. A lei estabeleceu como objetivo primordial da instituição criar e manter a Universidade de Diamantina, estabelecimento de ensino superior voltado à pesquisa e formação profissional em todos os ramos do saber técnico-científico e da divulgação cultural. A fundação desempenharia relevante papel para a região, pois deveria concentrar esforços no estudo de problemas referentes ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, mas, sobretudo, da região em que se localizaria (MINAS GERAIS, 1965).

Enfatiza-se que a Instituição fundou-se sob a égide do Regime Militar, estabelecido nacionalmente no poder aproximadamente um ano antes da autorização de seu funcionamento, o que influenciou profundamente a estrutura da entidade e determinou seus rumos nas primeiras décadas de existência, conforme se observará ao longo da abordagem cronológica e contextual exposta a seguir.

Conforme determinou a Lei Estadual nº. 4.059/1965, a fundação deveria reger-se por um estatuto que haveria de ser aprovado por decreto do Poder Executivo. Entretanto, a aquisição de sua personalidade jurídica ficaria condicionada à inscrição, no registro civil de pessoas jurídicas, do

seu ato constitutivo, de seu estatuto e do decreto estadual de aprovação. Percebe-se, portanto, um amálgama de elementos de direito privado e direito público, causando indagações sobre qual seria especificamente a natureza jurídica da entidade do ponto de vista legal.

Para coordenar a FUVJ, a Lei Estadual previu que caberia ao Governador do Estado definir, entre pessoas com ilibada reputação e notório saber, os membros do Conselho Curador que exerceriam as funções de administrá-la, com mandato de quatro anos, admitida a recondução (Ibid, art. 6º, caput). Em seguida, caberia ao próprio Conselho Curador eleger, dentre seus membros, o Presidente da Fundação que, por consequência, receberia o título de reitor da Universidade.

Desse modo, a administração da FUVJ recaía sobre particulares e abarcava, além da condução e manutenção da estrutura criada pelo próprio governo estadual, a prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado, conforme previsto no art. 7º da Lei Estadual.

Assim, estabelecendo uma estrutura híbrida no que diz respeito à sua constituição, patrimônio e administração, percebe-se que, desde sua origem, nenhuma política estatal foi destinada à entidade para proporcionar a manutenção das atividades propostas pelo próprio governo estadual na lei que autorizou sua instituição, o que contribuiu para que a fundação já iniciasse seus trabalhos enfrentando o desafio de manter-se tão somente com as mensalidades

de seus estudantes, muitos deles professores da educação primária e com precárias condições financeiras.

No que tange à sua regulamentação, por meio do Decreto nº. 9.315, de 7 de janeiro de 1966, retificado pelo Decreto nº. 9.417, de 24 de janeiro de 1966, foi aprovado o Regulamento da Universidade do Vale do Jequitinhonha. Logo após, ocorre a convocação para a primeira reunião geral da FUVJ, sob a curadoria de seu primeiro reitor, João Antônio Meira.<sup>4</sup> Nos termos do Regulamento aprovado, a instalação da nova Universidade deveria proceder primeiramente com a constituição da Faculdade de Filosofia e Letras<sup>5</sup> para prosseguir com a composição de outras unidades, dentre as quais o Regulamento cita: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Escola de Enfermagem e Escola Superior de Veterinária (MINAS GERAIS, 1966).

Embora especificamente exemplificados os cursos acima, também por expressa previsão do Decreto, o Conselho Curador da Fundação poderia encampar ou criar outras unidades universitárias. Porém, a criação, o desmembramento e a incorporação de novos estabelecimentos, bem como a fusão de estabelecimentos já existentes, estavam condicionados à iniciativa de pelo menos 2/3 dos

---

4 O primeiro Conselho Curador foi composto por João Antônio Meira, Giovanni de Miranda Pereira e João Brandão Costa (titulares) e Joaquim Moreira da Silva, Archimedes Motta e Padre Geraldo Fernandes Guabiroba (suplentes).

5 Tal disposição também já constava do art. 8º da Lei Estadual nº. 4.059/1965.

membros do Conselho Universitário, sempre com a oitiva do Conselho Estadual de Educação (Ibid., art. 4º, §1º).

#### **4 Criação da FAFIDIA e seus primeiros anos**

Em 1968 bons ventos circulavam na região do Vale do Jequitinhonha, em especial, na cidade de Diamantina: era o início dos trabalhos acadêmicos da Faculdade de Filosofia (FAFI), posteriormente denominada Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA). Após pedido de autorização para funcionar, por meio do Parecer nº. 26/68, em 22 de março de 1968, o Conselho Estadual de Educação emitiu parecer favorável à autorização de funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras, Pedagogia e História. Para dirigir a Faculdade, em maio de 1968 foi eleito diretor o professor Aires da Mata Machado e para vice-direção o padre Paulo Vicente de Oliveira (FAFIDIA, 1968, fl. 02). Em aula inaugural realizada no Colégio Diamantinense, no dia 4 de maio de 1968, dizia Aires em seu discurso: “concretizava-se o sonho antigo de criação de cursos superiores no campo das ‘Humanidades’ no Alto Jequitinhonha, cujas origens remontam ao século passado” (CADERNOS DA FAFIDIA, 1993, p. 3).

Uma das pioneiras a oferecer o ensino superior no interior do Estado de Minas Gerais, a FAFIDIA era notícia nos jornais da época, e a cidade de Diamantina recebia mais uma instituição propulsora de desenvolvimento educacional a enriquecer ainda mais sua história.

**Figura 1:** Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina no início de suas atividades. Prédio do Colégio Diamantinense



Fonte: Acervo fotográfico do MEMORIAL FEVALE.

O colunista José Clemente, do jornal Estado de Minas, em nota publicada no periódico em 19 de outubro de 1969, contextualiza o início dos trabalhos da Instituição:

Embora com atraso, queremos nos referir, porque útil para aos que se interessam pelas coisas do Espírito, a dois acontecimentos auspiciosos para o dito Espírito, provindas da velha fôrma dêle, que é Diamantina. Com todos os obstáculos materiais que enfrenta, até o da situação geográfica, que só recentemente a torna mais acessível através de estrada asfaltada, Diamantina vai vencendo no caminho do Espírito, preocupando-se com êle, com “elan” digno de atenção. (...) Primeiro é que lá está brilhando e deitando luz para fora, vencendo aquelas serras altíssimas que já deram ouro demais, nada mais e nada menos do que uma Faculdade



de Filosofia e Letras, da futura Universidade do Vale do Jequitinhonha (JORNAL ESTADO DE MINAS, Coluna José Clemente, 1969).

Outro marco igualmente importante para a Faculdade recém-criada foi a defesa de tese de doutorado no final de 1969, demonstrando a vontade da instituição em promover o intercâmbio cultural, posto que para a formação da banca avaliadora, necessariamente, seriam chamados a comparecer docentes de outras instituições de ensino superior, o que proporcionaria visibilidade à nova faculdade.

**Figura 2:** Doutoramento de Mercedes Neda Cardoso Rocha em outubro de 1969



Fonte: Acervo fotográfico do MEMORIAL FEVALE.

Na mesma coluna, demonstra-se a importância conferida a tal evento na cidade:

A Faculdade foi o primeiro passo. E de Acalanta, poderá dizer quem gostar de tais citações... E tal Faculdade, tão recente, mas tão bem conduzida, amada e querida pelos que cuidam dela, com Aires na direção – já conferiu título de doutoramento a uma professora ilustre, depois de defesa de tese, perante banca ilustríssima, severa e consciente, dos melhores mestres da Língua no país. Esse fato é de importância tal que não pode ficar escondido. Porque foi um entrevero cordial mas seríssimo no que toca à Cultura. A candidata, que com sua tese defendeu o título de doutora, é a professora, agora doutora, Mercedes Neda Cardoso Rocha. *Diamantina já faz doutores. Não é isso importante demais para o velho Tijuco do historiador Felício dos Santos?* (JORNAL ESTADO DE MINAS, Coluna José Clemente, 1969, grifo do autor).

Por fim, insta destacar que desde sua origem, os documentos da FAFIDIA revelam estudantes oriundos de diversas cidades do Vale do Jequitinhonha. Dessa forma, percebe-se que a Faculdade de Filosofia e Letras anunciou-se como uma real oportunidade para aqueles que buscavam aprimorar seus conhecimentos e ingressar no ensino superior, porém não dispunham de recursos financeiros para arcar com os custos de estudar em outras regiões do estado.

#### **4.1 Figuras políticas e suas influências**

A instalação da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina foi sobremaneira influenciada pelo alto clero

da Igreja Católica do município, que mantinha os maiores estabelecimentos de educação da época, o Seminário Arquidiocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores. A contribuição dessas primeiras instituições religiosas de ensino para a formação da FAFIDIA é relatada por Aires da Mata Machado Filho já na década de 1980:

Ainda em nossos dias – corre-me o dever de testemunhá-lo – a nossa Faculdade de Filosofia e Letras seria inexequível sem a contribuição indireta e também direta do Seminário e do Colégio, mercê da alta compreensão do arcebispo D. Geraldo Proença Sigaud, continuada e aprimorada pelo seu sucessor, D. Geraldo Magella Reis. Agora, como antes, Diamantina, sempre à sombra da Cruz e à luz da Ressureição (MACHADO FILHO, 1983, p. 126).

Conforme relatado por Aires da Mata Machado Filho, uma das figuras mais expressivas do clero local no processo de criação da FUVJ foi o Arcebispo Metropolitano Dom Geraldo de Proença Sigaud. Comumente conhecido como Dom Sigaud, entre os anos de 1947 e 1961, iniciou-se como bispo na Diocese de Jacarezinho/PR. Também atuou na educação como professor catedrático de Direito Escolar, Filosofia da Educação e História da Educação na Faculdade *Sedis Sapientiae* da Universidade Católica de São Paulo e foi professor de História da Filosofia na Faculdade de Filosofia de Jacarezinho. Logo após, instala-se em Diamantina para se tornar Arcebispo Metropolitano (LEITE, 2016).

Declaradamente conservador e cooperador do Regime Militar no Brasil, Dom Sigaud, temeroso das influências negativas dos ideais comunistas que se dissipavam pelo país, publica o livro “Catecismo Anticomunista”, uma tentativa de ataque ao comunismo, contrapondo-o aos caros preceitos do catolicismo. Para Dom Sigaud, o comunismo era uma seita internacional preocupada exclusivamente com a vida material e trabalhava para “destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho” (SIGAUD, 1963). No período do Regime Militar, a Igreja Católica, sistematizada em seus grupos conservadores, procurou assumir um comportamento modernizante – em apoio ao regime – e, ao mesmo tempo, conservador, haja vista a preocupação em manter a ordem social estabelecida.

Percebe-se uma expressiva contribuição do arcebispo para a FAFIDIA. Em um contexto social de precárias condições financeiras para significativa parcela da população diamantinense, Dom Sigaud colaborou para que a nova instituição de ensino superior pudesse iniciar seus trabalhos, bem como incluir diamantinenses.<sup>6</sup> Como exemplos do exposto, podem ser citados: a cessão da estrutura física na qual ao longo de décadas a faculdade desenvolveu suas atividades; a concessão de bolsas de estudos àqueles que exerciam contribuições para a Igreja Católica na cidade – seja lecionando no Colégio Diamantinense, seja trabalhando na

---

6 Mesmo que muitas das vezes essa inclusão fosse diretamente para beneficiar somente aqueles que tinham afinidades com a Igreja Católica, indiretamente a contribuição de Dom Sigaud acaba por alcançar outros setores da população local, haja vista que, após a conclusão de seus estudos superiores, os licenciados continuavam a atuar no ensino primário e secundário da cidade e região.

Arquidiocese –; e o pagamento de anuidades/semestralidades a diversos alunos, conforme se comprova pela análise documental desenvolvida ao longo desta pesquisa.

Outra personagem fundamental para a FAFIDIA foi o filólogo, professor e linguista diamantinense Aires da Mata Machado Filho, que coordenou a sistematização didático-pedagógica da Faculdade e, entre outros feitos para a região, organizou o primeiro doutoramento fora da capital mineira em 22 de outubro de 1969. Nascido em 1909 no distrito de São João da Chapada – Diamantina/MG, Aires da Mata Machado Filho proveio de uma família que se destacava no cenário político e econômico de Diamantina (GIOVANNINI JUNIOR, 2014). Apesar da catarata congênita e atrofia de nervo óptico, diplomou-se em 1927 no Instituto Benjamim Constant para cegos, no Rio de Janeiro; e doutorou-se em Letras e Bibliografia Filológica e Literatura, lecionando Filologia Românica na Faculdade de Filosofia e Letras, que mais tarde foi incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais.

Considerado um dos principais idealizadores e articuladores para a instalação da Faculdade de Filosofia e Letras na cidade de Diamantina, exerceu diversos cargos públicos relevantes, escreveu para jornais, produziu programas de rádio e se interessava sobremaneira pelo folclore, a cultura e educação brasileira e local. Além de participar de diversas instituições culturais – Academia Brasileira de Filologia, Academia Mineira de Letras e Associação Mineira de Imprensa –, escreveu obras envolvendo temáticas da língua portuguesa, bem como da cultura brasileira em

geral, abarcando a literatura, educação, história, crítica literária e folclore (GIOVANNINI JUNIOR, 2014).

Diante dos compromissos profissionais, Aires permaneceu distante da terra natal por muitos anos. Foi por ocasião da chegada da Faculdade de Filosofia e Letras na cidade, no final da década de 1960, que ele retorna à Diamantina. Na instituição, foi o primeiro diretor e lecionou Língua Portuguesa e Linguística Geral.

A presença do profissional comprova-se com os dizeres de Antônio de Paiva Moura, para o qual Aires “não se limitou a emprestar seu nome e seu prestígio à causa da Faculdade. Ofereceu um trabalho efetivo como professor e como mentor” (MOURA, 2013, p. 21). Ainda de acordo com o autor, para Aires, o reencontro com as suas origens e os seus amigos justificavam e recompensavam o trabalho e as constantes viagens necessárias para efetivar suas valiosas contribuições à mais nova instituição de ensino superior diamantinense.

#### **4.2 Acesso e permanência dos primeiros estudantes da “FAFi”**

No início de 1968, a Agência Municipal de Estatística, ao analisar o contexto educacional local, afirmava que a cidade de Diamantina contava com sete escolas de ensino médio e 2.074 (dois mil e setenta e quatro) alunos matriculados. Além disso, os professores de educação básica somavam 144 (cento e quarenta e quatro). Já em relação

ao ensino superior, a cidade contava com duas instituições: FAFEOD (Faculdade Federal de Odontologia) e FAFi (Faculdade de Filosofia), somando um total de 160 (cento e sessenta) alunos matriculados e um quadro de 39 (trinta e nove) professores de ensino superior (AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA, 1968).

É importante notar que a mobilização estudantil dos discentes da FAFi já se caracterizava como atuante, principalmente com relação a ideia da criação de um Diretório Acadêmico, anos mais tarde denominado Diretório Papa João XXIII, estrutura que de algum modo contribuiu para o início da representação estudantil, ainda que incipiente, junto aos órgãos representativos da instituição (FAFIDIA, 1968).

No que tange ao acesso à instituição, uma das primeiras atas de reunião da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina, em dezembro de 1968, evidencia a atenção do colegiado com a temática das possibilidades de acesso para os estudantes de baixa renda das cidades do entorno. Nessa perspectiva, a Congregação decidiu por remeter “ofício-circular aos prefeitos do Vale, sugerindo-lhes concederem bolsas de estudo, o que viria aumentar o número de alunos da Faculdade e o que é mais importante, melhorar o nível intelectual da região” (FAFIDIA, 1968, fl. 3-5).

No que se refere à análise documental, foi possível constatar que, ao final da década de 1960, a FAFIDIA contava com um número expressivo de estudantes, considerando-se

o contexto social e econômico da região. Em relação aos bolsistas, percebe-se que desde 1968 a instituição possuía convênio com o Colégio Diamantinense, a partir do qual eram concedidas duas bolsas de estudos em cada curso da Faculdade, aos professores do referido colégio e, em contrapartida, a Faculdade utilizava-se da infraestrutura do prédio pertencente ao colégio. Em meados de 1969, foi possível constatar que foi concedida apenas uma bolsa de estudos por meio desse convênio (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 1968).

A inadimplência no pagamento das anuidades/semestralidades era uma preocupação permanente, pois foi constatado que ao longo dos anos a secretaria afixava comunicados nos quais os alunos eram advertidos de que permaneceriam proibidos de realizar avaliações até que houvesse o pagamento das mesmas. Um dos comunicados foi em 13 de novembro de 1969, no qual havia a seguinte intervenção: “O aluno que não estiver quite não estranhará que fique proibido de fazer as provas parciais, de acordo com o artigo 154 da Portaria 501 de 19/05/1952, modificada pela portaria Ministerial de 09/08/1952 do Ministro da Educação e Cultura” (FEVALE, 1969, caixa 9). Ademais, constata-se que tal proibição era uma determinação do próprio governo federal, adotada nacionalmente e regida por ato normativo desde a década de 1950.

Além da atenção dispensada à ampliação do acesso à instituição, os gestores da FEVALE preocupavam-se, já naquela época, com a expansão dos cursos ministrados, sendo que, em junho de 1969, foi encaminhada ao Governador



do Estado uma proposição de lei para alterar os objetivos da Universidade do Jequitinhonha e incluir a possibilidade de ministrar cursos médios de Enfermagem por meio da criação da Escola Auxiliar de Enfermagem.<sup>7</sup>

No final da década de 1960 e início de 1970, a FAFIDIA começava a dar seus primeiros passos, dispensando atenção às alternativas de expansão institucional, bem como à ampliação das possibilidades de acesso daqueles que não podiam custear seus estudos no ensino superior. Assim, esse início representou, ainda que maneira modesta, a expansão da educação superior em Diamantina.

Suas contribuições para efetivar o acesso ao ensino superior no Jequitinhonha podem ter ultrapassado tal finalidade, produzindo reflexos, ainda não mensurados, nos demais níveis de ensino da cidade de Diamantina e região. Em outras palavras, constatou-se que, desde a sua origem, o projeto de uma “Universidade do Vale do Jequitinhonha” constituiu um marco histórico para a educação e cultura regionais, pois, sendo a segunda instituição de ensino superior da região e a primeira delas a ofertar cursos de licenciaturas, proporcionou o acesso ao ensino superior de educadores que atuavam nos demais níveis de ensino e não possuíam habilitação. Assim, por consequência, pode ter contribuído para melhorar a qualidade do ensino nas escolas de primeiro e segundo grau da região. Salienta-se

---

7 Posteriormente, em novembro de 1971, a Fundação recebe resposta comunicando que a proposição de lei foi vetada pelo governador, com fundamento no Parecer nº. 87/69 do Conselho Estadual de Educação (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 1969).

ainda que, no que tange aos cursos que mais se destacaram para este feito, encontram-se os cursos de Pedagogia e Letras, os quais representaram o maior quantitativo de matriculados e de egressos ao longo das décadas.

## **5 Considerações finais**

Estabelecendo-se por meio de uma estrutura híbrida, de elementos de direito público e de direito privado, no início de suas atividades nenhuma política estatal foi direcionada à entidade a fim de proporcionar a manutenção das metas propostas pelo próprio governo estadual na lei que autorizou a sua instituição, o que fez com que a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha iniciasse seus trabalhos enfrentando o desafio de manter-se tão somente com as mensalidades de seus estudantes, muitos deles professores primários e com precárias condições financeiras, dependentes de auxílios financeiros na forma de bolsas de estudos e abatimentos de anuidades/semestralidades, a fim de que pudessem permanecer matriculados.

Todavia, percebe-se que este quadro modificou-se ao longo do tempo, haja vista que a partir das parcerias governamentais estabelecidas – principalmente estaduais –, a instituição foi capaz de consolidar-se como propulsora da educação superior na cidade de Diamantina e nos rincões do Vale do Jequitinhonha.

Assim, em um contexto social marcado por precárias condições financeiras para significativa parcela da população, a

FEVALE representou a ampliação das oportunidades para interessados em cursar o ensino superior, anunciando-se como uma real oportunidade para aqueles oriundos de diversas cidades do Vale do Jequitinhonha que buscavam aprimorar seus conhecimentos, porém não dispunham de recursos financeiros para arcar com os custos de estudar em outras regiões do estado.

Cumpre, por fim, ressaltar que a FEVALE foi incorporada pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em 2013, por meio da Lei nº. 20.807, de 26 de julho do mesmo ano, e que essa absorção trouxe novos desafios e oportunidades no contexto da oferta de ensino superior na região.

## Referências

AGÊNCIA MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA – Conselho Nacional de Estatística IBGE. 1968. *In*: MEMORIAL FEVALE. Caixa 2.

BRASIL. **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: jul. 2019.

CADERNOS DA FAFIDIA. Ano II, nº. 2, junho/julho, 1993. Diamantina: Centro de Extensão e Pesquisa da FAFIDIA, 1993.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Parecer nº. 26/68 do Conselho Estadual de Educação.** 1968. *In*: MEMORIAL FEVALE. Caixa 3.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Parecer nº. 87/69 do Conselho Estadual de Educação.** 1969. *In*: MEMORIAL FEVALE. Caixa 3.

FAFIDIA. **Livro de Atas da Congregação da Faculdade de Filosofia e Letras Diamantina.** 1968, fl. 02.

FAFIDIA. **Ofício nº. 23/68.** MEMORIAL FEVALE. CAIXA 2.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, São Paulo, 1995.

FERNANDES, Antônio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander. **Caminhos do desenvolvimento: síntese histórica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri 1953-2005.** Diamantina: UFVJM, 2005.

FEVALE. **Comunicado da secretaria em 13 de novembro de 1969.** *In*: MEMORIAL FEVALE. Caixa 9.

GIOVANNINI JUNIOR, Oswaldo. A mineiridade no modernismo: Aires da Mata Machado e o registro dos vissungos. **Revista Científica Vozes dos Vales.** UFVJM/MG, n. 06, ano III, out. 2014, p. 3.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Coluna de José Clemente**, publicada em 19 de outubro de 1969.

LEITE, Diovana Nunes. O apoio da Igreja Particular de Diamantina ao Golpe de 1964. **Resumos de trabalhos aprovados do III Simpósio de História do Direito**. Diamantina: Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Diamantina, 2016. p. 109.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco: Cidade de Diamantina**. 3º ed. Editora Itatiaia; São Paulo. 1980.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Sesquicentenário de elevação do Tijuco a Vila Diamantina. 1831-1981**. In: MINAS GERAIS, Coordenadoria de Cultura. Belo Horizonte, Coordenadoria de Cultura / I. Oficial, 1983.

MINAS GERAIS. **Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989**. Imprensa Oficial. Belo Horizonte, 1989.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 9.315, de 7 de janeiro de 1966**. Retificado pelo Decreto nº. 9.417, de 24 de janeiro de 1966. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=9315&comp=&ano=1966>>. Acesso em: jul. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº. 4.059, de 31 de dezembro de 1965**. Autoriza a instituição da Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=4059&comp=&ano=1965>>. Acesso em: jul. 2019.

MOURA, Antônio de Paiva. Mestre Aires em Diamantina. **Revista da Comissão Mineira de Folclore**, Comissão Mineira de Folclore, n. 25, ano 37, ago. 2013.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). A Educação Superior no Brasil. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe – UNESCO. Porto Alegre, Brasil. Novembro de 2002.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. Série Educação. Editora Ática: 2003.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. – 21.ed. – Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2010.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, ago/dez. 2010.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6ª ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

SIGAUD, Geraldo de Proença. **Catecismo Anticomunista**. 3ª Ed. Editora Vera Cruz. São Paulo, 1963.